



Congresso do Pantanal. Pausa para uma foto: o Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos; o Presidente do CRF-MT, Adonias Corrêa da Costa; o Coordenador da Funasa Regional do Mato Grosso, Juca Lemos; e o Vice-presidente do CFF, Edson Chigueru Taki.

Discussão de temas fundamentais marcaram evento, em Cuiabá

Mais de 900 pessoas, entre farmacêuticos, acadêmicos de Farmácia, empresários e autoridades do setor do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e de outros Estados, como o Rio Grande do Norte e Distrito Federal, participaram do Congresso

Farmacêutico do Pantanal, realizado, entre os dias cinco e sete de agosto de 2005, em Cuiabá (MT), pelo Conselho Regional de Farmácia do Mato Grosso.

Temas como o *fracionamento de medicamentos, a automedicação, a polí-*

tica de medicamentos do Mato Grosso, a qualidade nas farmácias de manipulação, a saúde indígena, o novo Código de Ética do Farmacêutico, entre outros, foram debatidos em cursos, palestras e mesas-redondas.

Para o Presidente do CRF-MT, Adonias Corrêa da Costa, o evento atingiu seu objetivo principal, pois conseguiu reunir a categoria para um debate franco e crítico. "Houve uma adesão muito grande dos estudantes, dos empresários e do setor público, e conseguimos estimular a reflexão sobre as questões éticas e práticas do fazer do farmacêutico", comemorou o Presidente.

O sindicato dos Farmacêuticos do Mato Grosso (Sinfar-MT) aproveitou o evento para mobilizar os profissionais sobre seus direitos e deveres, através da palestra *Reforma Sindical*. Para o Presidente do sindicato, Alexandre Magalhães, além de ser uma oportunidade de adquirir conhecimento, o Congresso também proporcionou aos profissionais um contato mais próximo com os representantes dos outros setores do ramo farmacêutico. "Hoje, os Sindicatos estão perdendo filiados. Por isso, é importante que tenhamos a chance de discutir sobre política sindical num evento como este" disse ele.



Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos: "Crescimento do número de cursos de Farmácia é preocupante. Por isso, estamos analisando a implantação do exame de proficiência"

Dr. Jaldo fala do crescimento do número de cursos de Farmácia

Presidente do CFF anuncia que o órgão está estudando possibilidade de implantar o exame de proficiência

A importância do papel do farmacêutico na melhoria da qualidade de vida das pessoas foi um dos temas do pronunciamento do Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Jaldo de Souza Santos, na abertura do Congresso Farmacêutico do Pantanal, realizado, de cinco a sete de agosto, em Cuiabá (MT). Mas ele abordou, ainda, outras questões essenciais que vêm definindo a atualidade da atividade farmacêutica, no Brasil, como o crescimento assombroso do número de cur-

sos de Farmácia.

Para Dr. Jaldo de Souza Santos, é irrefutável a importância do farmacêutico nos sistemas público e privado de saúde. "Todas as organizações internacionais de saúde, todos os estudos sobre o setor, enfim, todas as evidências apontam para a mesma resposta: a saúde fica incompleta, se não contar com os serviços farmacêuticos", disse. E acrescentou que não se admite pensar em "saúde incompleta", vez que é um setor focado na vida humana. "Não

pode também existir vida pela metade”, arrematou.

O Presidente do CFF falou também do crescimento das atividades profissionais e da atuação correspondente do Conselho, com vistas a regulamentar essas atividades. “Hoje, nós já temos mais de 60 atividades normatizadas pelo CFF”, exclamou. Para ele, o CFF está sempre muito atento às novas portas e às

novas atividades incorporadas pelo profissional e, que além de normatizá-las, o órgão tem buscado levar qualificação aos farmacêuticos nessas áreas.

Quanto ao crescimento inesperado do número de cursos de Farmácia – são 240, em todo o País –, nos últimos dez anos, Souza Santos informou que esse é um aspecto preocupante. “O crescimento numérico pode não corres-

ponder à qualidade do ensino oferecido, fato que nos preocupa muito, porque farmacêuticos desqualificados estariam sendo lançados, no mercado, representando um risco para a saúde das pessoas”, advertiu. Mas sustentou o seguinte: “Este número é preocupante, mas não nos atemoriza”. E anunciou que o CFF está estudando a criação do exame de proficiência para farmacêuticos.

Vice-presidente do CFF salienta benefícios dos serviços farmacêuticos nos municípios

O Vice-presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Edson Chigueru Taki, voltou a cobrar de autoridades municipais que incluam os serviços farmacêuticos na saúde pública. Argumentou que os profissionais podem criar um diferencial no setor, dentro dos municípios, e que nada, nem mesmo as despesas com a sua contratação, justifica a ausência desses profissionais



Vice-presidente do CFF, Edson Taki: “Serviços farmacêuticos podem ser um diferencial na saúde municipal”

nos serviços. As declarações do Vice-presidente foram parte do seu discurso no Congresso Farmacêutico do Pantanal, realizado, de cinco a sete de agosto, em Cuiabá (MT). Ele fez um pronunciamento voltado diretamente às autoridades municipais de Saúde.

O tema sobre o qual o Dr. Edson Taki discorreu foi **Políticas de medicamentos para os municípios**. Segundo Taki, quando a Constituição de 1988 criou o Sistema Único de Saúde (SU), o Brasil virou uma de suas mais belas páginas sociais. “O SUS significa solidariedade e saúde”, ressaltou. Segundo ele, dos princípios que nortearam a criação do Sistema, a universalidade no acesso aos serviços é o mais “tocante” e o que melhor representa a sua natureza.

Mas, denunciou Edson Taki, muitos gestores têm sufocado esse princípio, por dificuldades financeiras, por incompetência administrativa ou por má vontade política. “E mais: muitos têm subestimado o medicamento, não lhe dando o lugar de destaque que a sua importância exige dentro do conjunto da saúde”, acrescentou o dirigente do CFF.

A partir daí, o Vice-presidente do

Conselho Federal começou a sustentar a importância da participação dos farmacêuticos na saúde dos municípios. Vários secretários municipais de Saúde do Mato Grosso assistiram ao seu discurso.

“Não é apenas de medicamentos que o serviço público municipal padece, mas também de serviços profissionais que garantam a segurança no uso do medicamento, que barateiem os seus custos e que melhorem a sua eficácia”, exclamou. Edson Taki lembrou que houve um tempo em que gestores entendiam que a contratação de um ou mais farmacêuticos pelo Município gerava despesas. “Ora, é exatamente o contrário”, alertou.

– garantir a distribuição, nos postos de dispensação, e assegurar que a dispensação seja realizada pelo profissional. A dispensação é uma atribuição indelegável e exclusiva do farmacêutico. Ali, ele põe em prática todos os seus conhecimentos técnico-científicos relacionados à terapêutica medicamentosa, o que resulta no uso racional do medicamento, evita as interações do medicamento com outros produtos; evita as reações adversas e melhora a adesão ao tratamento.

Dirigindo-se aos secretários municipais, Edson Taki afirmou que este conjunto de ações, por si só, gera uma economia de, no mínimo, 50% dos gastos do Município com medicamentos. E continuou: “Mas as vantagens não acabam, aqui. As ações farmacêuticas, também, evitam internações hospitalares, que são procedimentos caros para os Municípios. Muitas vezes, a internação é provocada pelo mau uso ou pela interrupção do uso do medicamento. Ou mesmo por uma grave reação adversa, por uma interação medicamentosa ou ainda por uma intoxicação decorrente do seu uso”.

Taki informou que muitos farmacêuticos contratados por Municípios “viraram a mesa” da saúde daqueles lugares. Salientou que o farmacêutico é, ainda, um educador, por natureza, e pode desenvolver campanhas pelas mudanças de hábito da população, pelo uso correto do medicamento, pelo armazenamento apropriado de medicamento em residências etc. Ele disse que o CFF poderá orientar municípios na criação de uma política de assistência farmacêutica. “Iremos mostrar do que somos capazes”, concluiu.

– fazer o armazenamento em local adequado, de sorte a evitar desperdícios resultantes de altas temperaturas no local, umidade inapropriada, luz imprópria etc.

– desenvolver um sistema que assegure a perenização do medicamento na farmácia municipal, de forma que não venha a faltar o produto, principalmente, para os pacientes portadores de doenças crônicas e degenerativas;